

# O NATURALISMO METODOLÓGICO DE H. BLUMER<sup>1</sup>

## *Contribuições para as práticas de pesquisa em cibercultura*

Telma Sueli Pinto Johnson<sup>2</sup>

*Resumo:* A estratégia de pesquisa denominada de naturalística, nos termos originalmente propostos por H. Blumer, é resgatada neste trabalho buscando explorar o alcance de suas contribuições para o estudo da cibercultura. As concepções pragmáticas de Blumer sobre comportamento coletivo, ciência e metodologia de pesquisa, não raramente, têm sido mal interpretadas e evitadas no ambiente acadêmico sob a alegação de subjetivistas e anticientíficas. O argumento deste trabalho, ao contrário, é que o pensamento vanguardista de Blumer merece ser retomado para se repensar a complexidade dos processos e produtos das interações sociais na Web à luz de perspectivas epistemológicas mais flexíveis, dinâmicas, condizentes com a natureza empírica dos novos ambientes de organização social.

*Palavras-Chave:* Naturalismo. Metodologia. Cibercultura.

---

### 1. Uma agenda de pesquisa em aberto

Num sugestivo artigo publicado em 2003, John Law sintetizou as tensões, contradições e hesitações que as ciências humanas e sociais experimentam na contemporaneidade para dar conta de analisar e compreender o mundo empírico. Law, declaradamente descontente com os métodos acadêmicos de investigação como são geralmente entendidos e aplicados, os comparou metaforicamente como uma forma de higiene.

Faça os seus métodos apropriadamente. Coma as suas hortaliças epistemológicas. Lave as suas mãos depois de misturá-las com o mundo real. Dessa forma, você levará uma boa vida de pesquisa. Os seus dados serão limpos. As suas descobertas serão merecidamente respeitáveis. O produto que você produzirá será puro. É a garantia de um longo prazo de validade (LAW, 2003, s.p.).

O incômodo de Law é que os métodos que têm sido tradicionalmente utilizados na pesquisa social nada mais do que refletem a perspectiva dos pesquisadores sobre as realidades sociais como lineares, consistentes, coerentes e definitivas. Embora reconheça que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultura”, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais – tjohnson@globocom

há realidades estáveis, com as quais lidam as ciências naturais, Law observa que os fenômenos sociais do mundo são, em essência, caracterizados pela multiplicidade, infinidade, fluxo e desordem.

Esta reflexão, trazida para o campo da comunicação social e, particularmente, para a cibercultura, é altamente pertinente e relevante. Uma ampla gama de estudos tem sido publicada, desde meados dos anos de 1990, cobrindo os mais variados aspectos da comunicação na Internet e o comportamento humano online. Os mais diversos métodos de pesquisa associados à metodologias mais tradicionais, de *surveys* à etnografias, têm sido aplicados em busca de compreender a complexidade desses novos mundos sociais, em suas dimensões simbólica e cultural.

Só recentemente, na virada do milênio, surgiu uma nova área de investigação preocupada não com a pesquisa sobre a Internet, mas com a pesquisa na Internet (JONES, 1999; HINE, 2000; MANN & FIONA, 2000). A contribuição dessas publicações pioneiras, em linhas gerais, foi mostrar como os pesquisadores dos mais variados campos do conhecimento estavam usando a Internet como uma ferramenta de coleta de dados e os tipos de métodos aplicados, com maior ou menor grau de adaptação às conhecidas técnicas tradicionais.

Nesta fase ainda emergente de análise sobre as práticas de pesquisa na World Wide Web (WWW) identifica-se que a principal motivação do uso das tecnologias da informação e comunicação nas ciências humanas e sociais são eficiência, custos (economia de tempo, de erros de transcrição e de recursos financeiros), e amplitude do alcance geográfico dos informantes (HINE, 2005). É como se, pela primeira vez na história da ciência, pudéssemos fazer uma combinação perfeita entre métodos quantitativos (envolvendo um significativo número de respondentes, independentes de sua posição geográfica) e métodos qualitativos (cuja matriz é permeada pela profundidade).

Um quadro metodológico chegou a ser proposto por Hine (2000) para a pesquisa etnográfica na Internet. Ela investigou vários *web sites* e *newsgroups* relacionados ao caso de Louise Woodward, uma jovem babá acusada de matar o bebê que estava sob os seus cuidados; enquanto fazia os seus estudos, Hine desenvolveu 10 “princípios de etnografia virtual”.

- 1) A presença permanente de um etnógrafo no campo, combinada com o envolvimento intensivo na vida cotidiana dos habitantes desse campo, produz o tipo especial de conhecimento que nós chamamos etnográfico [...] O status da Internet

como meio de comunicação, como um objeto dentro da vida das pessoas e como um lugar para formações do tipo comunitárias, é alcançado e sustentado nas formas do seu uso, interpretação e reinterpretação. 2) [...] As mídias interativas tais como a Internet podem ser entendidas tanto como cultura como quanto artefato cultural [...] 3) [...] Nós podemos utilmente pensar na etnografia a interação mediada como móvel em vez de multissituada. 4) [...] O objeto da investigação etnográfica pode ser remodelado ao nos concentrarmos sobre o fluxo e a conectividade em vez da localização e fronteira como princípio de organização. 5) [...] O desafio da etnografia virtual é explorar a construção de fronteiras e a construção das conexões, especialmente entre o ‘virtual’ e o ‘real’ [...]. 6) [...] A etnografia virtual é intersticial, no sentido de que ela cabe dentro de outras atividades tanto do etnógrafo como dos assuntos [...] 7) A etnografia virtual é, necessariamente, parcial [...]. 8) A etnografia virtual envolve envolvimento intenso com a interação mediada [...] O envolvimento do etnógrafo com o meio é uma fonte valerosa de introspecção [...] e de dimensão reflexiva [...]. 9) [...] A modelagem do objeto etnográfico como é tornada possível pelas tecnologias disponíveis é a etnografia. Esta é a etnografia no, do e por meio do virtual. 10) [...] É uma etnografia adaptativa que começa a se apropriar das condições nas quais ela se encontra (HINE, 2000, p. 63-65).

Hine (2000, 2005) argumenta que para se estudar a Internet em suas duas dimensões, como cultura e artefato cultural, é necessário se repensar a relação entre espaço e etnografia. A noção de pesquisa de campo é alterada, uma vez que o “campo” perde as características físicas da etnografia tradicional e torna-se um texto na tela do computador e o grupo de pessoas envolvidas nesse novo ambiente (os “nativos”) é distribuído mundialmente. É uma etnografia sobre um campo de interações mediadas, a-localizado fisicamente, mas inseparável dos contextos onde se desenvolve.

Os tradicionais métodos de abordagem etnográfica vêm, dessa forma, sendo reconhecidos e aceitos progressivamente como capazes de contribuir para a compreensão dos sujeitos de relações sociais na Internet, se apropriadamente adaptados. Uma das questões mais discutidas tem sido se a pesquisa online deve ser combinada com a pesquisa offline (grupos focais presenciais vs. grupos focais online, entrevistas online vs. entrevistas face a face), quando faz sentido complementar a pesquisa online com a offline e quais são as vantagens dessa fusão. Não há consenso.

Orgad (2005) chama a atenção para o bom senso:

A condução de interações offline com os informantes não deve ser dirigida pela suposição de que a interação offline revelaria mais autenticidade ou informação mais precisa do que aquela gerada pela informação online. Em vez disso, a racionalidade para combinar as interações online e offline com os informantes deve ser baseada no contexto da pesquisa e nos seus objetivos. O pesquisador deve se perguntar: as interações offline com os informantes revelariam algo significativo sobre a experiência deles do uso da Internet que não pode ser obtida online? De que forma a interação offline com os informantes poderia melhorar a interpretação dos dados obtidos por meio da interação online? Quais são os riscos de mudar de online para offline com os informantes? (ORGAD, 2005, p. 52-53).

É importante reconhecer esses esforços de mapeamento sobre as práticas de pesquisa na cibercultura e o estágio de entendimento sobre a natureza problemática de se estudar os complicados cenários e contextos envolvendo tecnologias. Gurak & Silver (2002), por exemplo, notaram que “questões da pesquisa tradicional tais como seleção de um apropriado método, a necessidade de obter permissão dos sujeitos, e questões de privacidade *versus* informação pública tornaram-se nubladas no campo de pesquisa do ciberespaço” (p. 230-231).

Os contextos tecnológicos, inegavelmente, exigem estratégias metodológicas situadas, flexíveis e práticas de adaptação condizentes com as necessidades de situações particulares. As perguntas que cabem então, aqui, seriam: as questões de pesquisa e método conceitualizados tradicionalmente (retratados hierarquicamente e linearmente) são suficientes para capturar os contextos intrincados relacionados à tecnologia? Seria a simples adaptação de métodos tradicionais uma garantia de que estamos capturando a textura de fenômenos sociais múltiplos, infinitos, fluidos e inerentemente desordenados que ocorrem nos mundos digitais?

São questões complexas, possivelmente sem respostas convincentes no médio prazo. Mas, há que se refletir: se partimos do pressuposto de que os tradicionais métodos de pesquisa vêm de uma concepção de um objeto de estudo relativamente fixo, testados em realidades onde valores, atitudes e opiniões são relativamente estáveis, não estamos transportando velhas concepções de experiência para formas emergentes de organização social? O caráter dinâmico, mutável e imprevisível das novas formas de organização social online não estaria exigindo um espírito mais flexível, inovador e livre das amarras da tradicional pesquisa social?

Embora sem pistas ou respostas (quem as têm?), Gergen & Gergen (2003) lembram que a concepção de pesquisa social desenvolveu-se em condições de uma saturação tecnológica relativamente baixa.

Nessa circunstância, os sujeitos da pesquisa podiam submeter-se a uma análise detalhada sem maiores temores quanto a suas repercussões. Não apenas suas identidades eram normalmente preservadas, como os relatos de suas atividades (invariavelmente repletos de valores) estavam sujeitos a um grande atraso em termos temporais, sendo compartilhados assim com uma pequena comunidade de cientistas. Assim que passamos para as condições da sofisticada tecnologia das comunicações notamos uma mudança dramática nesse quadro. Há um acúmulo de traços do indivíduo como participante da pesquisa (considere o desafio da pesquisa na Internet), e a possibilidade de que as informações passadas de uma pessoa para um pesquisador sejam imediatamente transmitidas a uma população mais ampla. Além do mais, essas mesmas tecnologias também intensificaram a consciência quanto aos usos políticos e morais para os quais a pesquisa se aplica. Conseqüentemente, o

próprio fato de ser convidado para participar de um projeto de pesquisa pode gerar uma precaução preventiva, ou ainda pode ser visto como uma oportunidade de proselitismo (p. 382).

A incerteza, sem dúvida, é a marca desses novos tempos para a pesquisa social. Ao que parece, o mundo continua a mudar – e isso não é (ou não deveria ser) novidade para os pesquisadores das ciências humanas e sociais. O problema que se coloca é: até que ponto nós estamos abertos, ou reticentes, para entender essas mudanças e tratá-las, apropriadamente, a partir da revisão das nossas pré-concepções de realidade, de vida social, de ciência, e de formas de conhecimento do mundo empírico?

Law (2004), em seu livro “After method: mess in social science research”, ao tentar articular melhor suas posições de que os métodos acadêmicos de investigação tradicionalmente utilizados na pesquisa social não capturam o mundo confuso, caótico e relativamente desordenado da experiência humana, admite não ter qualquer solução pela própria característica efêmera e elusiva da realidade. Mas, sem dúvida, é um convite à reflexão. Segundo ele:

Se o mundo é complexo e desordenado, então pelo menos algum tempo vamos ter que ter para desistir das simplicidades. Mas uma coisa é certa: se nós queremos realmente pensar sobre as desordens da realidade, então nós vamos ter que nos ensinar a pensar, a praticar, a relatar, e conhecer de novas maneiras. Nós vamos precisar nos ensinar a conhecer algumas das realidades do mundo usando métodos não utilizados ou métodos desconhecidos na ciência social (p.2).

Como todos que estão tentando estudar as práticas de pesquisa na cibercultura, bem como têm um *feeling* que talvez possamos não estar capturando o melhor possível da realidade dos novos fenômenos sociais, nós propomos uma leitura cuidadosa do pensamento de Herbert Blumer. O resgate da estratégia de pesquisa naturalística neste trabalho, nos moldes propostos por Blumer, parte do pressuposto de que a nossa reflexão deve avançar para além dos métodos que escolhemos para estudar as coletividades na cibercultura. O foco proposto é que repensemos os nossos pressupostos epistemológicos e metodológicos, sem as amarras de modelos, teorias e conceitos pré-concebidos, antes de entrar em “campo” para tentar compreender a diversidade, variação e movimento do mundo empírico sob estudo.

## **2. As bases do pensamento de Blumer**

Nas ciências humanas e sociais, o sociólogo norte-americano Herbert Blumer (1900-1987) é comumente conhecido como o sucessor de G. H. Mead e pioneiro em tornar a

interação simbólica uma teoria central na sociologia. Os fundamentos do interacionismo simbólico lançados por Mead nos anos de 1920, na Universidade de Chicago, marcam a centralidade do conceito de interação social e tiveram como ponto de partida a oposição às perspectivas sociológicas, dominantes à época, que distinguiram os conceitos de indivíduo e sociedade.

A psicologia social de Mead, contra o behaviorismo da época e sob a influência do pragmatismo, tinha como principal proposta lidar com os processos da experiência social do ponto de vista da experiência individual. Como ele explicou:

Nós não estamos, na psicologia social, construindo o comportamento do grupo social em termos de comportamento dos indivíduos separados que o compõe; em vez disso, estamos começando com um determinado todo social de atividade de grupo complexa, dentro do qual nós analisamos (como elementos) o comportamento de cada um dos indivíduos separados que o compõe. Nós tentamos explicar a conduta do indivíduo em termos de conduta organizada do grupo social [...] Para a psicologia social, o todo (sociedade) vem antes da parte (o indivíduo), e não ao contrário (MEAD, 1934, p. 7).

Os sujeitos em interação social, construindo e sendo construídos pela sociedade, é um dos pontos-chave do pensamento de Mead. A teoria da socialização de Mead está particularmente preocupada com a inteligência no nível humano, com a capacidade de ajuste dos homens dentro do processo social. Esse ajuste ocorre através da comunicação de símbolos significantes, que vão muito além de meros estímulos. O fator central desse ajustamento, para ele, reside no significado. O significado, nesse sentido, não é uma adição física ao ato social e nem uma “idéia” como tradicionalmente concebida. O significado é construído no próprio ato social. Segundo Mead (p. 78),

A simbolização constitui objetos que não estavam constituídos antes, objetos que não existiriam fora do contexto das relações sociais onde a simbolização ocorre. A linguagem não simboliza simplesmente uma situação ou objeto que já existe; ela torna possível a existência ou aparência daquela situação ou objeto, porque é uma parte do mecanismo onde aquela situação ou objeto é criado. O processo social relaciona as respostas de um indivíduo aos gestos de um outro, com os significados desse último, e é por isso responsável pelo surgimento e existência de novos objetos na situação social, objetos que dependem ou são constituídos desses significados.

A perspectiva de Mead exerceu grande influência no pensamento de Blumer sobre a vida social e, posteriormente, no desenvolvimento de sua abordagem metodológica para a pesquisa sobre o comportamento de grupos humanos. Ao sistematizar o paradigma do “interacionismo simbólico” (neologismo que ele criou em 1937), Blumer (1969, 1980) denunciou o aspecto determinista do funcionalismo e criticou correntes de estudos que

consideram residir o significado na estrutura objetiva do elemento que o contém ou aquelas que afirmam ser o significado uma expressão pura dos elementos psicológicos.

Blumer enfatizou que o interacionismo simbólico retrata o mundo social como gerado pelas interações sociais, interação que em si produz, e é modelada, pela interpretação dos participantes do mundo. Esse processo de interação é formativo e criativo, não é composto de respostas automáticas aos estímulos. A ordem social, portanto, é instável e contingente, perpetuadamente reconstruída pelos atores. É o produto temporariamente institucionalizado de interações indeterminadas.

As três premissas básicas de Blumer são de que 1) os seres humanos agem em relação às coisas com base nas significações que elas têm para eles; 2) a significação dessas coisas deriva ou surge da interação social de um indivíduo com os outros; e 3) essas significações são utilizadas em – e modificadas por meio de – um processo de interpretação realizado pelo indivíduo em relação às coisas que ele encontra.

Ao considerar a produção de significação como um processo resultante da comunicação e da interação dos indivíduos com os objetos do mundo exterior, com outros indivíduos e consigo mesmo, Blumer lançou novas luzes na problemática das relações plurais dos seres humanos enquanto seres individuais e sociais. Para ele, o processo de interpretação humana possui duas fases distintas:

Na primeira, o agente determina a si mesmo os elementos com que se relaciona; necessita especificar para si próprio os elementos possuidores do significado. A execução de tais designações constitui um processo social interiorizado, no qual o agente interage consigo mesmo. Esta operação equivale a algo bem diferente de uma combinação de fatores psicológicos; trata-se de uma situação em que o indivíduo empenha-se em um processo comunicativo consigo mesmo. Na segunda, em virtude desse processo de autocomunicação, interpretar torna-se uma questão de manobra de significados. O agente seleciona, modera, susta, reagrupa e transforma os significados sob o ponto de vista da situação em que se encontra e da direção dos seus atos. Por conseguinte, a interpretação não deveria ser considerada como uma mera aplicação automática de significados existentes, mas como um processo formativo em que os significados são utilizados e trabalhados para orientar e formar ações. Deve-se sempre levar em consideração que os significados desempenham seu papel na ação por intermédio de um processo de auto-interação. (BLUMER, 1980, p. 22).

A contribuição de Blumer vai muito além de uma clara explicação e sistematização da teoria do interacionismo simbólico. Enquanto Mead não tratou da aplicabilidade de sua teoria para a pesquisa social, Blumer dedicou-se não apenas a mostrar a sua aplicabilidade como também a criticar os métodos que, para ele, ignoram os princípios básicos dos processos de

pensamento humano, motivação, ação e interação. Em seus escritos, Blumer (1935, 1936, 1939, 1940, 1954, 1955) argumentou que ao se aceitar os preceitos do interacionismo simbólico, certos métodos de investigação são necessariamente reivindicados, enquanto outros devem ser descartados.

Contra a tendência da época, Blumer criticou a epistemologia positivista, especialmente quanto à crença na uniformidade da natureza humana, no desejo de buscar leis universais para o mundo social e no seu ímpeto de aplicar os métodos das ciências naturais para outras áreas do conhecimento. Embora compartilhasse o compromisso dos positivistas com a ciência empírica (contra o intuitivismo) da vida social, Blumer discordou dos positivistas quanto ao caráter pré-científico da experiência cotidiana e do senso comum e criticou os excessos no uso de métodos quantitativos para o estudo dos fenômenos sociais.

Antes de entrarmos no coração da estratégia metodológica proposta por Blumer - a pesquisa naturalística - é apropriado considerar em linhas gerais as origens da atitude científica que o levaram à concepção de ciência empírica. Essa é a parte da história que até agora tem sido pouco explorada na pesquisa social e, por isso, não raras vezes as concepções de Blumer são mal-interpretadas e consideradas como subjetivas, vagas, ambíguas e anticientíficas (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1995, HAMMERSLEY, 1989, MAINES, 1989).

Embora seja verdade que a sua concepção de ciência empírica tenha sido influenciada por Park, Dewey e Mead, na “Escola de Chicago”, as suas origens estão enraizadas na University of Missouri, onde ele obteve o seu bacharelado e mestrado em 1922. A idéia central do naturalismo metodológico de Blumer (1969, p. 60), o “respeito pela natureza do mundo empírico”, foi fortemente influenciado pelo seu trabalho e cursos com o fisiólogo Max Meyer, que muitos consideram como o pai do behaviorismo.

Nas próprias palavras de Blumer (*Apud* MAINES, 1989):

Quando fui para Chicago trabalhar, eu estava muito sob o controle da posição de Max Meyer [...] Eu era um behaviorista no real sentido fisiológico desse termo [...] Eu fui seduzido para fora dessa posição, se eu posso falar assim, pelo meu trabalho lá em Chicago com Mead. O behaviorismo fisiológico não se justifica porque os seres humanos têm *selves*. Isso é tudo. [Mas], acima de tudo o que me impressionou de Meyer foi a sua rejeição absoluta contra as teorias grandiosas. Ele era muito prático em seu empiricismo. Se você detectar qualquer coisa em meus pontos de vista, é precisamente isso – ser muito, muito respeitoso do que está lá no mundo empírico que você pode notar e apontar, e Max Weber foi acima de tudo um acadêmico que foi capaz de afastar a introdução desses sutis pontos de vista ou teorias grandiosas na abordagem do mundo empírico. Ele era muito prático, e isso me atraiu bastante (A. Strauss, entrevista pessoal com Blumer, 31 de outubro, 1984).

A pesquisa naturalística proposta por Blumer é bastante condizente com o interacionismo simbólico pela sua relação flexível com o mundo social. Ela não apenas está afinada com esse mundo, mas exemplifica esse mundo. A sua ênfase está na descoberta da perspectiva dos participantes e na observação do processo de interação social, captando o caráter complexo e fluido do mundo. Como Hammersley (1989, p. 193) observa:

Nesse tipo de pesquisa, como outras formas de interação social, o comportamento do pesquisador não é governado por regras (tal como o protocolo do método hipotético-dedutivo), mas se desenvolve à medida que ele procede, respondendo à situação mutável por modificar a si mesma.

### 3. A pesquisa naturalística de Blumer

Um dos aspectos centrais da pesquisa naturalística de Blumer é que a “realidade” para a ciência empírica existe somente no mundo empírico, pode ser buscada somente lá, e pode ser verificada somente nesse terreno. É o respeito pela natureza do mundo social. Blumer, em seus escritos reunidos no livro “Symbolic Interactionism: Perspectives and Method” (1969), contrastou a pesquisa naturalística com um número de outras estratégias tais como experiências de laboratório, estudos preocupados somente com produtos e não com processos, pesquisas *survey* e as que buscam medir atitudes ou características de personalidade.

Para Blumer, o espírito do pesquisador deve evitar todas as formas de generalização filosófica e pré-concepções sobre a natureza dos fenômenos. Isso implica em duas coisas, na sua visão. Em primeiro lugar, apesar de concordar com a posição tradicional do idealismo de que o “mundo da realidade” existe somente na experiência e que ela aparece na forma pela qual os seres humanos vêem o mundo, Blumer critica a posição solipsista do idealismo de que a realidade deve ser procurada em imagens ou concepções independente de um mundo empírico (BLUMER, 1969, p. 22).

Essa posição é insustentável pelo fato de que o mundo empírico pode falar de volta (*talk back*) para as nossas imagens dele ou afirmações que fazemos sobre ele – falar de volta no sentido de desafiar e resistir, ou não se dobrar, às nossas imagens e concepções. Essa resistência dá ao mundo empírico um caráter inexorável que é a marca da realidade. O fato de que se pode acomodar ou resolver a resistência, somente por formar uma nova imagem ou concepção, não liberta o mundo empírico do seu caráter inexorável. É esse caráter inexorável do mundo empírico – sua habilidade de resistir e falar de volta – que justificam a ciência empírica.

A outra implicação é que o reconhecimento que o mundo empírico tem um caráter inexorável, com o qual se tem que chegar a termos, dá uma ampla justificativa para a insistência dos realistas de que o mundo empírico tem um caráter “real”. Nesse ponto, Blumer argumenta que é necessário evitar duas concepções que contaminaram o realismo tradicional e prejudicaram o seu avanço. Uma dessas concepções é que o caráter inexorável do mundo empírico é fixo ou imutável em alguma forma definitiva cujo descobrimento é o objetivo da ciência empírica. A segunda concepção, que ele chama de “esterilizante”, é que a realidade do mundo empírico tem que ser vista e pensada em termos das descobertas da ciência física avançada.

É assim que Blumer afirma que a metodologia deve se referir e cobrir os princípios que fundamentam e guiam o complexo processo de estudar o caráter inexorável de um dado mundo empírico (BLUMER, 1969). Na prática, ele identifica duas fases da pesquisa naturalística: a “exploração” e a “inspeção”.

**Exploração.** O propósito da exploração não é construir teorias rigorosamente definidas ou testar hipóteses. O objetivo é tatear a esfera sob estudo e produzir descrições detalhadas de eventos e padrões de atividade. Essa fase pode empregar as mais variadas estratégias de pesquisa, desde a observação, entrevista, histórias de vida, documentos oficiais e pessoais, etc.

A exploração é por definição um procedimento flexível pelo qual o pesquisador muda de uma a outra linha de investigação, adota novos pontos de observação à medida que o estudo progride, se move em novas direções previamente não pensadas, e muda o seu reconhecimento do que são dados relevantes à medida que ele adquire mais informação e melhor entendimento (BLUMER, 1969, p. 40).

**Inspeção.** Esta é a fase de se trabalhar com “elementos analíticos claros, discriminados, e o isolamento das relações entre esses elementos” (BLUMER, 1969, p. 43). Blumer dá especial atenção, nesta fase, à clarificação de conceitos. É importante notar que Blumer desenvolveu uma visão muito específica e original sobre o papel dos conceitos na pesquisa social. Para ele, os conceitos têm a importante função de nos “sensibilizar” para aspectos importantes do mundo social, o que é muito diferente da tradicional maneira como se pensa conceitos como definitivos. Ele contrastou “conceitos sensibilizantes” com “conceitos definitivos”.

O desenvolvimento de “conceitos sensibilizantes” e a sua integração às proposições teóricas, por meio das fases de exploração e inspeção, é a questão central da concepção de

Blumer de pesquisa naturalística. Só assim, para ele, o pesquisador apreende o mundo empírico fora das amarras de teorias e modelos pré-concebidos. É deixar os enigmas do mundo empírico se revelarem de forma espontânea.

Um conceito definitivo se refere precisamente ao que é comum á uma classe de objetos, pelo auxílio de uma definição clara em termos de atributos ou marcas de referência fixas. Esta definição, ou referências, servem como um meio de claramente identificar a instância individual da classe e o caráter da instância que está coberta pelo conceito. Num conceito sensibilizante falta tal especificação de atributos ou referências e conseqüentemente não permite o usuário ir diretamente para a instância e o seu conteúdo relevante. Em vez disso, dá ao usuário um sentido geral da referência e um guia para abordar instâncias empíricas. Enquanto conceitos definitivos formam descrições do que ver, conceitos sensibilizantes sugerem direções para onde olhar (BLUMER, 1954, p. 7).

Blumer, dessa forma, situa a função dos conceitos científicos numa dialética entre realismo e idealismo, que está na base do pragmatismo de que “existe um mundo lá fora”, como Mead se referiu. O que ele quer dizer é que os conceitos têm um curso e que eles podem se tornar decrescentemente sensibilizantes à medida que as proposições podem ser substanciadas empiricamente e generalizações proveitosas podem ser feitas. Esse caminho não acontece somente pela busca de procedimentos metodológicos refinados, mas, mais importante, por meio de se fazer perguntas certas e adotar novos pontos de vista (BLUMER, 1931, p. 528).

#### **4. Investigação “acorrentada” ou livre?**

A pesquisa naturalística de Blumer, até os dias de hoje, não recebeu a devida atenção no campo da comunicação social. Este trabalho se propôs a resgatar a sua contribuição e convidar a um debate sobre as suas possibilidades para se estudar as práticas de pesquisa na cibercultura. Partiu-se do princípio que a compreensão das formas de interação social que emergem e se multiplicam online, como extensões do mundo offline, se configuram em novos mundos empíricos e são terrenos legitimamente naturalísticos.

O pressuposto deste trabalho foi que esses novos ambientes sociais online precisam ser observados, estudados e compreendidos como espaços de significações que levam os agentes a agir como agem em seus próprios contextos em processos localizados de interação social. Dessa forma, o ato de pesquisa deve, necessariamente, adotar uma postura aberta, flexível, indutiva, e sensível às relações que se apresentam aos olhos do pesquisador e não como um espaço que se chega com a postura mecânica e reducionista de simplesmente testar teorias e hipóteses pré-concebidas.

A perspectiva de “conceitos sensibilizantes” de Blumer pode guiar o nosso olhar científico para quais direções tomar. Não há fórmulas mágicas e nem métodos melhores ou piores. Todos têm vantagens e desvantagens, e o que Blumer nos ensinou é que entender como os significados sociais são formados, sustentados, enfraquecidos, fortalecidos e transformados, em quaisquer contextos e situações, deve envolver o comprometimento do pesquisador com um espírito de investigação livre, ou naturalística.

Nessa natureza sensibilizante está incluído o processo de descobrir e descrever a experiência comum, classificar essa experiência, determinar suas propriedades, combinar propriedades com conceitos, e aplicar esses conceitos de volta à experiência comum. É deixar a realidade do mundo empírico “falar de volta”.

### Referências

- BLUMER, Herbert. **Sociological analysis and the ‘variable’**. American Sociological Review, 1935, vol. 21, p. 683-690.
- BLUMER, Herbert. **Social attitudes and non-symbolic interaction**. Journal of Educational Sociology, 1936, vol. IX, p. 515-523.
- BLUMER, Herbert. **Science without concepts**. American Journal of Sociology, 1939, vol. XXXVI, p. 515-533. Disponível online em <http://www.brocku.ca/MeadProject/inventory5.html#sectB>. [31/01/2008]
- BLUMER, Herbert. **The problem of the concept in social psychology**. American Journal of Sociology, 1940, vol. XLV, p. 707-719.
- BLUMER, Herbert. **Attitudes and the social act**. Social problems, 1955, vol. VXI, p. 55-65.
- BLUMER, Herbert. **What is wrong with social theory?** American Sociological Review, 1954, vol. XIX, p. 3-10.
- BLUMER, Herbert. **Symbolic interaction: perspective and method**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.
- BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTESEN, David (Ed.). **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.
- GERGEN, Mary M. & GERGEN, Kenneth. Investigação qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. DENZIN, Norman & LINCOLN, Yvonna (Eds.). Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GURAK, Laura & Silker, Christine. Technical communication research: from traditional to virtual. In: GURAK, Laura & LAY, Mary (Eds.). **Research in technical communication**. Westport: Praeger, 2002, p. 229-248.
- HAMMERSLEY, Martin & ATKINSON, Paul. **Ethnography: principles in practice**. London: Routledge, 1995, 2ª ed.
- HAMMERSLEY, Martin. **The dilemma of qualitative method: Herbert Blumer and the Chicago tradition**. London: Routledge, 1989.
- HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.
- HINE, Christine (Ed.). **Virtual methods**. New York: Berg, 2005.
- JONES, Steve. **Doing internet research: critical issues and methods for examining the net**. Thousand Oaks, California: Sage, 1999.

LAW, John. **Making a mess with method**, Dezembro de 2003. Publicado pelo Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, UK. Disponível online em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Making-a-Mess-with-Method.pdf> [30/01/2008]

LAW, John. **After method**: mess in social science research. New York: Routledge, 2004.

MAINE, David. **Herbert Blumer on the possibility of science in the practice of sociology**: further thoughts. *Journal of Contemporary Ethnography*, vol. 18, nº 2, July 1989, p. 160-177.

MANN, Chris & Stewart, Fiona. **Internet communication and qualitative research**: a handbook for researching online. London: Sage, 2000.

MEAD, H. **Mind, self, and society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1934.

ORGAD, S. From online to offline and back: moving from online to offline relationships with research informants. In: HINE, Christine (Ed.). **Virtual methods**. New York: Berg, 2005, p. 51-65.